

Ação social no enfrentamento à catástrofe climática de maio de 2024 na Região Metropolitana de Porto Alegre: construção do plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé para a resiliência socioambiental

Social action to address the climate catastrophe of May 2024 in the Porto Alegre Metropolitan Region: developing a contingency plan to build socio-environmental resilience at the Filhos de Sepé settlement

Camila Traesel Schreiner ¹

Alice Audibert ²

Elisangela Telockenn ³

Jaime Roque Monteiro Carvalho ⁴

Isabel Cristina Monjelo Ribeiro Dalenogare ⁵

Janine de Almeida Engelmann ⁶

Letícia Rodrigues Nunes ⁷

Carolina Silveira Costa ⁸

Gabriela Coelho-de-Souza ⁹

¹ Doutorado em Desenvolvimento Rural, Pós-doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (Desma), Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: camilatrael@gmail.com

² Licenciatura em Geografia, Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), bolsista do PROFORExt/UFRGS, Assentamento Integração Gaúcha, Eldorado do Sul, RS, Brasil
E-mail: alicaudibert1999@gmail.com

³ Técnico em Cooperativismo, Bolsista PROFORExt/UFRGS - Agente Local de Formação, Assentamento Filhos de Sepé, Grupo Mulheres da Terra, Viamão, RS, Brasil
E-mail: elisangelatelockenn@gmail.com

⁴ Medicina Veterinária, Bolsista PROFORExt/UFRGS - Assentamento 19 de Setembro,
Guaíba, RS, Brasil
E-mail: jaime.r.medvet@gmail.com

⁵ Técnico em Contabilidade, Grupo Mulheres da Terra, Assentamento Filhos de Sepé, Viamão, RS,
Brasil
E-mail: isabelcristinamonjeloribeiroda@gmail.com

⁶ Técnico em Recursos Humanos, Bolsista PROFORExt/UFRGS - Agente Local de Formação,
Assentamento Integração Gaúcha, Eldorado do Sul, RS, Brasil
E-mail: janineengelmannerh@gmail.com

⁷ Graduanda, Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Porto
Alegre, RS, Brasil
E-mail: leticiarnunes@gmail.com

⁸ Mestrado em Desenvolvimento Rural, Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Osório, RS,
Brasil
E-mail: silveiraca2016@gmail.com

⁹ Doutorado em Botânica, Docente, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Coordenadora do AsSsAN Círculo - Círculo de Referência em Agroecologia, Sociobiodiversidade,
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Coordenadora Regional do PROFORExt, São Francisco
de Paula, RS, Brasil
E-mail: gabrielacoelhofrgs@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v16n3.2025.58048

Received: 30/04/2025
Accepted: 25/11/2025

ARTICLE- DOSSIER

RESUMO

Eventos climáticos extremos são decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas, os quais vêm se tornando frequentes e severos, como aconteceu na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Nesse território sociobiodiverso, territórios coletivos, como os assentamentos de reforma agrária, foram drasticamente impactados. Nesse contexto, objetiva-se analisar a ação social no processo de construção do plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé, considerando os impactos e estratégias adotados. A metodologia consistiu em trabalho de campo com sistematização e análise das etapas de construção participativa do plano de contingência. O assentamento mostrou sua capacidade responsiva e de solidariedade com os demais assentamentos e territórios, implementando estratégias de cozinhas solidárias, costura coletiva, brigadas de apoio, resgate animal e produção de mudas nativas. A organização social histórica, baseada na organização popular, permitiu a construção de um plano de contingência participativo como resposta da sociedade civil organizada, vindo a contribuir para a resiliência socioambiental dos territórios da RMPA.

Palavras-chave: Enchentes. Curricularização da extensão. Metodologias participativas. Mudanças climáticas. Territórios coletivos.

ABSTRACT

Extreme weather events are a consequence of climate change, whose effects have become more frequent and severe, as has been observed in the Porto Alegre Metropolitan Region (PAMR). In this socio-biodiverse area, communal areas, such as settlements resulting from agrarian reform, have been severely affected. Against this backdrop, the aim is to analyse the social action involved in creating a contingency plan for the Filhos de Sepé settlement, taking into account the associated impacts and strategies adopted. The methodology involved fieldwork and the systematic analysis of the participatory contingency planning stages. The settlement demonstrated responsiveness and solidarity with other settlements and territories by implementing strategies such as community kitchens, collective sewing, support brigades, animal rescue, and native seedling production. This historical social organisation, based on popular organisation, enabled the creation of a participatory contingency plan in response to organised civil society, thereby contributing to the socio-environmental resilience of PAMR territories.

Keywords: Floods. Curricularisation of Extension Activities. Participatory Methodologies. Climate Change. Collective Territories.

1 INTRODUÇÃO

Eventos climáticos extremos são decorrentes das mudanças climáticas, os quais têm se tornado cada vez mais severos, resultando em impactos significativos e crescentes sobre as sociedades, economias e ecossistemas. No caso do Rio Grande do Sul, os últimos anos foram marcados por uma sucessão iniciada em meados de 2023 (Castanheira; Padilha, 2024), mais precisamente em junho de 2023, quando um ciclone extratropical atingiu o estado, afetando principalmente a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e áreas próximas à Serra Gaúcha e ao Litoral Norte (Rückert; Vicente; Gomes, 2024).

Em setembro do mesmo ano, o estado enfrentou enchentes no Vale do Rio Taquari, consideradas até então o maior desastre natural de sua história. Posteriormente, em janeiro de 2024, a RMPA e a Serra Gaúcha voltaram a ser impactadas por fortes temporais, que resultaram em vítimas fatais, quedas de árvores, destelhamentos e bloqueio de rodovias. Todos esses eventos culminaram nas enchentes de maio de 2024, configurando, assim, a maior catástrofe hidrológica em extensão já registrada no Brasil.

Segundo Magalhães Filho *et al.* (2024), esse evento climático extremo pode ser compreendido a partir da interação de três dimensões ambientais: meteorológica, geomorfológica-hidrológica e antrópica. A dimensão meteorológica foi marcada por uma combinação crítica de fatores climáticos, como o fenômeno *El Niño*, zonas de baixa pressão atmosférica e a presença de calor e umidade, que atuaram no bloqueio de frentes frias e na concentração de instabilidades sobre o estado, resultando em volumes extremos de chuva.

Associado a isso, a dimensão geomorfológica e hidrológica da região, caracterizada pela confluência dos rios Jacuí, Taquari e Caí em áreas com alta declividade, favoreceu o rápido escoamento e a ocorrência de deslizamentos de massa. À medida que esses cursos de água se aproximam da região metropolitana e do lago Guaíba, perdem velocidade e extravasam para planícies inundáveis, ampliando a magnitude e a duração das cheias (Magalhães Filho *et al.*, 2024).

Por fim, a dimensão antrópica foi a que transformou um evento natural em um cenário de vulnerabilidade urbana e social: a ocupação desordenada das planícies de inundação, impulsionada pelo crescimento populacional na região do Delta do Jacuí e entorno do Guaíba, ampliou significativamente os impactos das enchentes (Magalhães Filho *et al.*, 2024).

As características dessas três dimensões, amplamente conhecidas por pesquisadores e gestores públicos, evidenciam que o evento poderia ter sido previsto e mitigado por meio de ações preventivas e estratégias de adaptação. No entanto, a ausência de planejamento eficaz e o despreparo estrutural

das instituições revelam falhas graves na gestão pública diante de emergências climáticas. Magalhães Filho *et al.* (2024, p. 28) destacam que:

Historicamente, a estratégia para mitigar esses riscos [de enchentes] focou a implementação de medidas estruturais, como diques e muros, complementadas mais recentemente por medidas não estruturais, incluindo sistemas de alerta, monitoramento e regulamentação do uso do solo – em muitos casos, não existentes de fato ou não totalmente adequados, ou seja, insuficientes.

Rizzotto, Costa e Lobato (2024) complementam essa análise ao apontar decisões governamentais que agravaram a vulnerabilidade do território gaúcho, como a flexibilização de normas ambientais para a construção de barragens e falta de investimentos na recuperação do sistema de contenção de Porto Alegre, já comprometido desde as enchentes de setembro de 2023, além da ausência do cumprimento da legislação voltada às Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal (Carta das Agroflorestas & Soluções Baseadas na Natureza, 2024). Tais questões revelaram o despreparo das instituições formais ante a crescente frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos na região.

As ações dos governos no enfrentamento das enchentes ocorreram, essencialmente, durante e após o evento climático, isto é, havendo pouca ou nenhuma iniciativa de caráter preventivo. Os governos federal e estadual adotaram medidas emergenciais como o reconhecimento do estado de calamidade pública para a liberalização de recursos extraordinários, repasses financeiros às famílias, mobilização das Forças Armadas para apoio logístico, resgate de vítimas e transporte de suprimentos, além da distribuição de água potável e alimentos (Rizzotto; Costa; Lobato, 2024).

Paralelamente às ações estatais, a sociedade civil, por meio da mobilização social, cujo conceito é apresentado por Tilly (1978), desempenhou um papel central no enfrentamento da crise. Iniciativas locais e coletivas, muitas vezes autogeridas, responderam com agilidade à urgência humanitária. Em diversas cidades do estado, grupos comunitários, igrejas, coletivos de bairro e movimentos sociais articularam redes de doação de alimentos, roupas, colchões e produtos de higiene, além de estruturarem abrigos e cozinhas provisórias com apoio voluntário. Essas ações se deram pelo protagonismo das organizações sociais na resposta a catástrofes, atuando, em muitos casos, com maior agilidade e eficácia do que as instâncias governamentais formais.

Dados atualizados da Defesa Civil (2025) mostram que as enchentes atingiram aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, em 478 dos 497 municípios que foram atingidos no estado (aproximadamente 96%). Foram registradas 184 mortes, 806 feridos e 25 pessoas desaparecidas. Durante o período das enchentes, cerca de 600 mil pessoas ficaram desalojadas e mais de 70 mil foram para abrigos. De acordo com a Emater/Ascar (2024), 7.437 lotes da reforma agrária distribuídos em 226 assentamentos foram afetados no Rio Grande do Sul. Os altos números apresentados revelam a gravidade que foi o desastre climático.

É evidente que essa série de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, desde meados de 2023, revela a fragilidade das instituições estatais diante de situações de desastres e emergências, bem como a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção e à gestão de riscos climáticos. Nesse sentido, considerando o cenário de vulnerabilidade social exposto e a forma como as ações foram tomadas, fica claro que a superação dos desastres não pode se restringir à atuação governamental. É necessário valorizar e integrar os diversos atores sociais no processo de reconstrução e na construção da resiliência climática.

Segundo Dowbor *et al.* (2024), ao incluir todas as partes interessadas no processo de recuperação, garante-se que suas necessidades e preocupações sejam consideradas, tornando as respostas legítimas e mais eficazes. Os autores acrescentam ainda que, “ao interagir e se organizar, a comunidade se torna mais resiliente, aumentando suas chances de sobreviver, se adaptar e se recuperar de um evento catastrófico”. Nesse contexto, desponta o conceito de “resiliência socioambiental”, que se refere à

capacidade de sistemas sociais e ambientais de absorver e se adaptar a choques, estresse e mudanças, mantendo sua estrutura e função (Berkes; Folke, 1998).

De acordo com Coutinho *et al.* (2020), a resiliência dos territórios envolve as seguranças hídrica, energética, alimentar e socioambiental, as quais são articuladas à abordagem Nexus+, sendo que a segurança socioambiental está relacionada à proteção e gestão de riscos e ameaças que afetam tanto a sociedade quanto o ambiente, incluindo a proteção a eventos meteorológicos extremos que podem desencadear catástrofes.

Portanto, a construção da resiliência socioambiental do Rio Grande do Sul deve estar fundamentada na elaboração de planos de contingência (Brasil, 2023) capazes de antecipar e mitigar os riscos climáticos, tendo a participação social como um elemento central do processo. A incorporação das comunidades atingidas é essencial para que as decisões sejam tomadas com base em informações precisas e contextualizadas às realidades locais e ao envolvimento das comunidades. Rizzotto, Costa e Lobato (2024, p. 3) reforçam essa ideia:

A emergência cria um caos de gestão no sistema que deve ser enfrentado por planos de contingência específicos para cada um dos eventos. Simultaneamente, é fundamental que estados e municípios desenvolvam planos de gestão de riscos de desastres, envolvendo os diferentes setores e atores da sociedade – e não apenas sobre medidas de preparação e respostas aos desastres, mas também de prevenção de riscos futuros à mitigação dos riscos existentes [...].

Nesse contexto, o objetivo deste artigo se centra em analisar a ação social no processo de construção do plano de contingência ao enfrentamento a eventos climáticos extremos no Assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão, considerando os impactos e estratégias adotadas que contribuem para a construção da resiliência socioambiental dos territórios na Região Metropolitana.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na segunda seção, é apresentada a metodologia. A seguir é apresentado o contexto do assentamento Filhos de Sepé e o diagnóstico dos impactos das enchentes, em especial referente a esse assentamento. Na quarta seção, é apresentada a organização do assentamento durante as enchentes. Na quinta seção, são apresentadas as políticas, ações e mobilização social no assentamento. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia constou de trabalho de campo, sistematização e análise das etapas de construção do plano de contingência dos assentamentos da RMPA, desenvolvido pelo Programa Nacional de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030 (ProforExt) da Regional UFRGS. O ProforExt é um programa nacional desenvolvido em parceria entre 17 instituições de ensino superior, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e movimentos sociais do campo. Sua proposta é promover desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas por meio de formação técnica, agroecologia e assistência rural. O programa atua com os jovens de assentamentos como Agentes Locais de Formação (ALFs) – lideranças comunitárias capacitadas para multiplicar conhecimentos – e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

As etapas para a construção dos planos de contingência consistiram em: a) realização de um diagnóstico dos impactos das enchentes sobre os assentamentos da RMPA; b) produção de um documento técnico balizador para a construção do plano de contingência para os assentamentos em risco; c) apresentação

e discussão do documento no Assentamento Filhos de Sepé; e d) sistematização e produção do plano de contingência desse assentamento.

O diagnóstico foi planejado e executado entre os meses de julho e agosto de 2024, a partir da plataforma Formulários Google, onde foram elaboradas 32 questões divididas em três eixos, conforme as diretrizes da resiliência socioambiental, e as seguranças propostas por Coutinho *et al.* (2020): a) segurança social, envolvendo as seguranças hídrica e energética; segurança econômica, envolvendo a segurança alimentar; e a segurança socioambiental.

Os jovens agentes locais de formação foram os responsáveis pela articulação do diagnóstico com as lideranças dos seus assentamentos, buscando estabelecer as estratégias de mobilização com as famílias assentadas. Foram obtidas 72 respostas dos assentamentos: Assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão; Assentamento Integração Gaúcha, no município de Eldorado do Sul; Assentamento Santa Rita de Cássia 2, no município de Nova Santa Rita; Assentamento Jânio Guedes, no município de São Jerônimo; e Assentamento 19 de Setembro, município de Guaíba. O diagnóstico apresentou dados das respostas totais, além de informações específicas dos oito respondentes do Assentamento Filhos de Sepé.

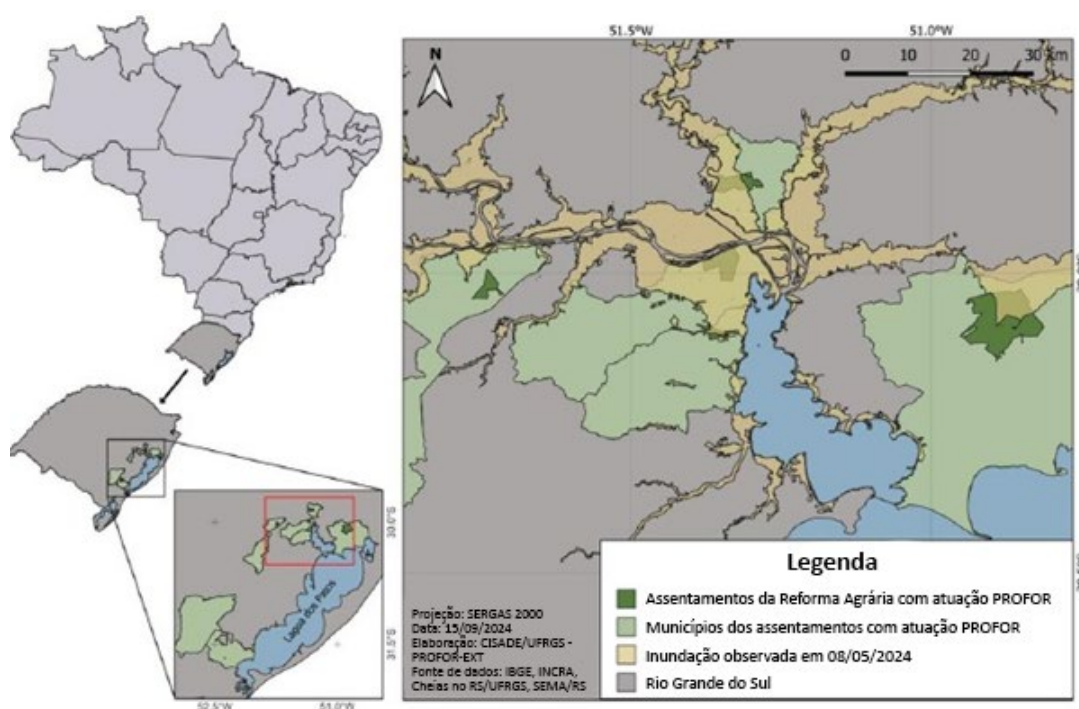


Figura 1 – Localização dos assentamentos do ProforExt e mancha de inundação resultante das enchentes de maio de 2024 nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre

Fonte: Elaborada por Julia Ilha, 2024

A segunda etapa, realizada entre outubro de 2024 e março de 2025, constou da produção de um documento preliminar com o diagnóstico e sistematização de discussões e propostas de ação para os planos de contingência. Os resultados do diagnóstico foram apresentados em disciplinas dos cursos de graduação em Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Nutrição, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e em um curso de extensão. A interação entre o ProforExt com as atividades de ensino integrou o processo de curricularização da extensão no semestre 2024-2 (Coelho-de-Souza *et al.*, 2025), cujo fortalecimento é um dos objetivos do ProforExt.

A Formação em Emergência Climática, ODS e Assentamentos da Região Metropolitana reuniu os jovens agentes locais de formação, agricultoras e lideranças de assentamentos, alunos e professores de graduação e pós-graduação, e pesquisadores que, a partir do diagnóstico e das propostas para o plano de contingência desenvolvidas nas disciplinas, trabalharam por meio de metodologias participativas, conforme Quadro 1. O material foi sistematizado dando origem ao documento técnico preliminar, o qual foi base para a terceira etapa realizada no Assentamento Filhos de Sepé.

A construção participativa do plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé ocorreu em abril de 2025 em um evento que teve como objetivo a discussão do documento técnico preliminar, assim como a devolutiva dos resultados às famílias participantes do diagnóstico. Essa etapa foi organizada pelos jovens agentes locais de formação e o Grupo Mulheres da Terra, e seguiu a metodologia apresentada no Quadro 1. A quarta etapa constou da sistematização dos resultados do evento e produção do plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé.

A análise do artigo considerou a ação social nas diferentes etapas do processo de construção do plano de contingência para o enfrentamento de eventos climáticos extremos no Assentamento Filhos de Sepé, buscando caracterizar as estratégias adotadas pelo assentamento e sua contribuição para a construção da resiliência socioambiental dos territórios na Região Metropolitana.

Quadro 1 – Metodologias participativas utilizadas na construção do plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé

Eventos	Público	Questões trabalhadas
 CURSO DE EXTENSÃO FORMAÇÃO EM EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS, ODS E ASSENTAMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE CURSO GRATUITO COM CERTIFICADO DE 10H 25/11 - 14h às 18h 26/11 - 9h às 18h Auditório Nascente- Prédio Centenário Campus Centro UFRGS LINK NA BÓIA (INSCREVA-SE ATÉ 23/11)	Jovens agentes locais de formação, agricultoras e lideranças de assentamentos, alunos e professores de graduação e pós-graduação, e pesquisadores	Quais foram os maiores impactos nos assentamentos durante o processo das enchentes? Quais foram os maiores desafios para os assentamentos no processo de reconstrução? Quais medidas podem ser tomadas em caso de novo episódio: antes, durante e depois 
 CONSTRUÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS 8 ABRIL, 2025 13:30H ÀS 16:30H SEDE DO SETOR C, ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ - VIAMÃO/RS	Famílias do Assentamento Filhos de Sepé, jovens ALF, alunos de graduação e pós-graduação, e professores	Os resultados apresentados refletem a realidade do Assentamento Filhos de Sepé? O que faltou? Ou que não reflete? Como foi a organização no Assentamento Filhos de Sepé antes, durante e depois? Quais medidas podem ser tomadas antes, durante e depois em caso de novo episódio? 

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos eventos promovidos pelo ProforExt-UFRGS em novembro de 2024 e abril de 2025

3 CONTEXTO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO – RS

O Assentamento Filhos de Sepé, situado no distrito de Águas Claras, no município de Viamão – RS, representa um marco da luta pela terra no estado e um exemplo concreto de construção coletiva de resiliência socioambiental desde sua origem. Conquistado em 1998 por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o assentamento abriga hoje 376 famílias oriundas de 115 municípios do Rio Grande do Sul, o que confere à comunidade uma rica diversidade de saberes, práticas agrícolas e experiências de organização.

Instalado em uma área de 9.450 hectares anteriormente ocupada por monocultivos de eucalipto (Diel, 2011), o processo de ocupação e reconstrução territorial implicou na recuperação ambiental e na implantação de práticas agroecológicas como estratégia de resistência e produção sustentável. A conversão de uma área degradada em território produtivo e diverso foi um desafio assumido coletivamente pelas famílias assentadas, que hoje mantêm uma ampla variedade de produções, com destaque para o arroz agroecológico — plantado em cerca de 1.600 hectares anualmente —, além do cultivo de hortaliças, frutas, gado leiteiro e produtos da agroindústria familiar, como laticínios, pães, massas, mel, geleias e embutidos (Diel, 2011).

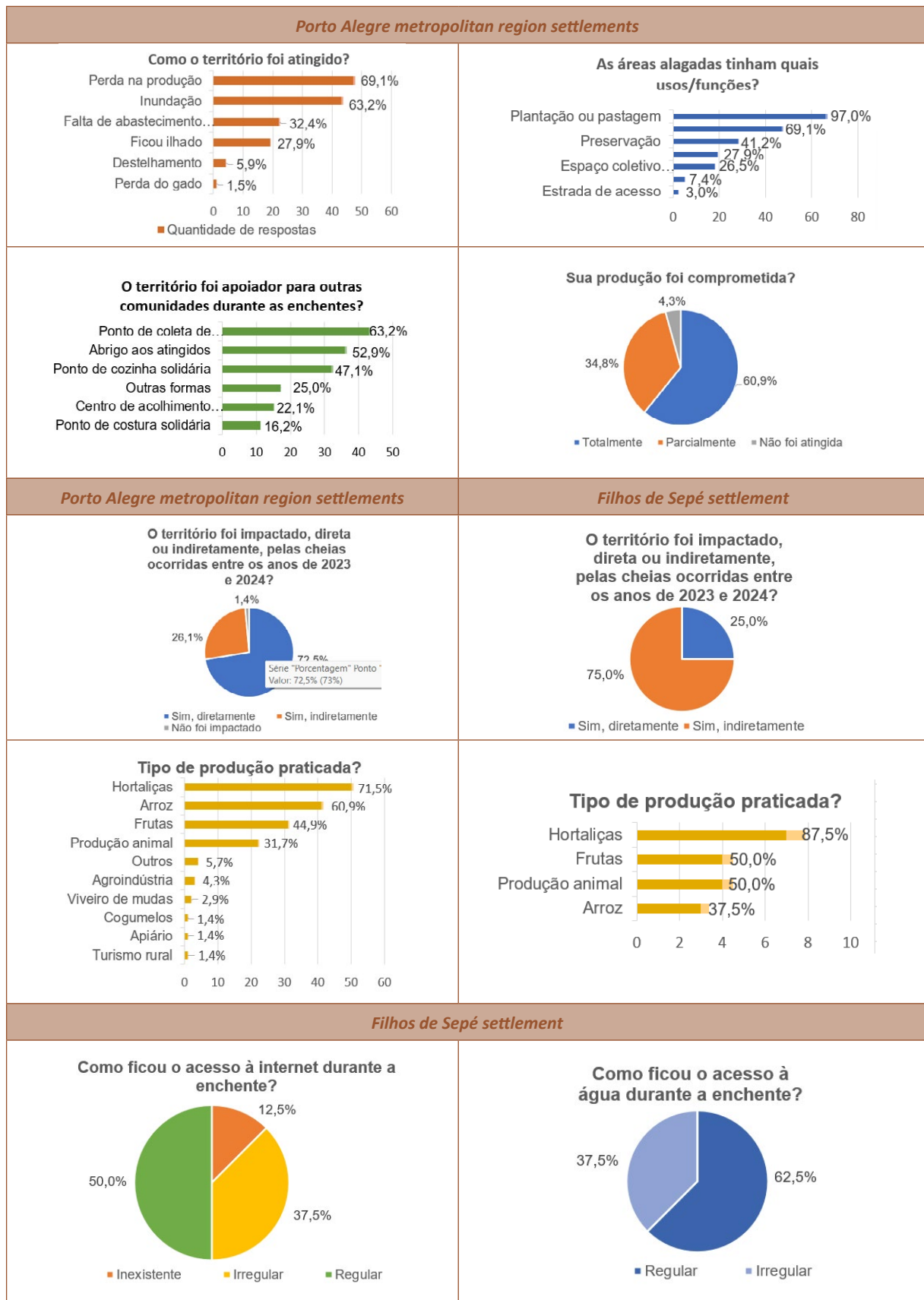
A história do assentamento é marcada por experiências de autogestão, solidariedade e construção de infraestrutura comunitária (Bogni, 2020; Preiss, 2017), o que contribuiu para o fortalecimento de vínculos internos e a capacidade de resposta diante de crises. A vivência anterior com situações como a pandemia de Covid-19 e os processos permanentes de organização e formação política promovidos pelo MST foram determinantes para o desenvolvimento de uma base sólida de apoio mútuo, fundamental em episódios críticos como a catástrofe climática de 2024.

A seguir são apresentados os impactos das enchentes sobre o Assentamento Filhos de Sepé e as ações desenvolvidas no período das enchentes e no pós-enchente, caracterizando a contribuição do assentamento para a resiliência socioambiental do território.

3.1 DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS DAS ENCHENTES NOS ASSENTAMENTOS

O diagnóstico apresenta resultados referentes aos assentamentos participantes do ProforExt, com detalhamento para o Assentamento Filhos de Sepé, conforme o Quadro 2. Os resultados demonstram que, das 72 respostas das famílias entrevistadas, 63% foram atingidas por inundações, sendo que 92% tiveram perda nas plantações e 69% tiveram impactos sobre as moradias.

Quadro 2 – Representação gráfica dos resultados do diagnóstico dos impactos das enchentes realizado no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do diagnóstico do ProforExt Regional UFRGS

No Assentamento Filhos de Sepé, 75% das famílias relataram perdas parciais da produção agrícola no pós-enchente, indicando que, embora afetadas, conseguiram preservar parte da produção. Por outro lado, 25% das respostas apontaram perdas totais, o que evidencia que 100% das famílias entrevistadas tiveram algum grau de impacto na sua produção.

Também referente ao assentamento, a produção de hortaliças foi a mais atingida, seguida pelas frutas e pela produção de animais e leite e, por fim, a produção de arroz. O destaque das hortaliças como o tipo de produção mais afetado revela a alta vulnerabilidade dessas culturas ante os eventos climáticos extremos. Em geral, trata-se de cultivos mais sensíveis, com ciclo curto, baixa resistência a alagamentos e eventos da natureza que dependem de manejo diário. As hortas, frequentemente instaladas em áreas de várzea ou próximas das moradias, foram duramente comprometidas pelos grandes volumes de chuvas, afetando diretamente tanto a subsistência quanto a geração de renda das famílias assentadas.

As perdas nas áreas de fruticultura e produção pecuária indicam que os danos foram significativos também em atividades com ciclos mais longos e investimentos estruturais mais intensos como a produção de arroz, apesar de ser uma cultura que tradicionalmente utiliza áreas alagadas. Assim, os dados revelam que as enchentes afetaram de forma heterogênea os diferentes sistemas produtivos.

No campo da infraestrutura básica, 37,5% das famílias do assentamento Filhos de Sepé sofreram com a irregularidade no acesso à água potável, evidenciando um problema grave de segurança hídrica durante o período de crise. A contaminação de fontes e a danificação de estruturas de abastecimento representam riscos diretos à saúde coletiva, sobretudo em um cenário de emergência. Esse dado dialoga com o cotidiano de quem depende da água para consumo, higiene, cuidados com os animais e manutenção das atividades produtivas — que, em sua maioria, são de base agroecológica e exigem práticas constantes de irrigação.

Paralelamente, a análise sobre o acesso à internet mostra que 50% das famílias mantiveram conexão regular, enquanto a outra metade enfrentou dificuldades — com 37,5% relatando conexão irregular e 12,5% totalmente desconectados. Com base nos dados apresentados, é possível verificar que o Assentamento Filhos de Sepé foi parcialmente afetado, com impactos na produção agrícola, no acesso à água potável e internet, evidenciando as múltiplas dimensões da vulnerabilidade enfrentada pelas famílias assentadas. Ao mesmo tempo, o assentamento se mostrou essencial como suporte para os outros assentamentos e territórios, como apresentado nas próximas seções.

4 ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ DURANTE AS ENCHENTES

As principais iniciativas implementadas pelo Assentamento Filhos de Sepé durante a crise climática podem ser categorizadas em cinco eixos centrais: cozinha solidária, iniciativas de costura e preparação de roupas para doação, resgate animal, brigadas de apoio, e produção e plantio de mudas nativas.

4.1 COZINHA SOLIDÁRIA

A resposta imediata às necessidades alimentares se estruturou através da organização de uma cozinha solidária, a qual passou por três fases distintas de implementação — estruturação, arrecadação de alimentos e distribuição de marmitas. Na fase inicial de estruturação, os voluntários foram mobilizados por meio de grupos de WhatsApp, reunindo pessoas dispostas a contribuir com o trabalho nas cozinhas. O ginásio da Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão (Cooperav) foi adaptado como espaço central de produção, utilizando equipamentos e utensílios domésticos disponibilizados pelas próprias famílias — incluindo panelas, fogões, fogareiros, gás e lenha.

A segunda etapa concentrou-se no abastecimento e obtenção de alimentos, começando com os recursos internos do assentamento. As famílias doaram parte de suas produções, incluindo alimentos perecíveis, como batata-doce, mandioca, verduras, legumes e frutas, além de itens não perecíveis dos estoques das cooperativas, especialmente feijão e arroz. À medida que a situação se agravava e se prolongava, esse esforço foi complementado por doações externas de alimentos provenientes de diversos apoiadores.

O assentamento passou a fornecer apoio alimentar para regiões críticas, como os assentamentos completamente inundados em Eldorado do Sul. Nesses casos extremos, inicialmente, a distribuição foi realizada através de helicópteros da Polícia Civil, que transportavam as marmitas para locais onde as famílias estavam ilhadas. Logo, passou-se a organizar as famílias desabrigadas em locais mais acessíveis para que pudessem receber as doações.

O sistema de distribuição evoluiu em complexidade ao longo do tempo. Inicialmente, as marmitas foram destinadas às famílias assentadas desabrigadas e aos voluntários envolvidos nas operações de resgate. Com o passar dos dias, a rede de solidariedade se ampliou, passando a atender também comunidades urbanas em situação de vulnerabilidade, como as famílias do Bairro Mathias Velho, em Canoas. Nesse bairro existiam cozinhas solidárias — que, infelizmente, foram inundadas —, as quais já eram previamente atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os assentamentos da RMPA realizavam, semanalmente, entregas de alimentos a essas cozinhas, beneficiando famílias em situação de insegurança alimentar. Nesse território, a organização de jovens do Levante Popular da Juventude cumpriu papel central na logística de recebimento e distribuição dos alimentos aos alojamentos de famílias desabrigadas.

Conforme descrito por Monteiro (2025),

O papel que as Cozinhas Solidárias têm cumprido ultrapassa o ato da produção de alimentos, tornando-as espaços de compartilhamento e acolhimento entre voluntários e comunidade. É a partir da construção desses laços que muitas abrem caminhos para outras iniciativas como a geração de renda; educação através de turmas de alfabetização, cursinhos pré-vestibulares; e atividades culturais. São processos sociais como esse que possibilitam a promoção da dignidade e da autonomia humana, social e financeira. Além disso, aproxima trabalhadoras urbanas de trabalhadoras do campo (camponesas que produzem e ofertam produtos saudáveis a essas organizações).

Nesse caso, a logística de distribuição foi sustentada por doações, em especial as contribuições via PIX solidário, um mecanismo organizado para o recebimento de recursos financeiros através de transações PIX, e pelo trabalho, em grande parte, realizado por mulheres. Um dos desafios relatados foi a falta de envolvimento de maior número de famílias, levando à sobrecarga de trabalho a algumas poucas pessoas.

Assim que o nível das águas baixou em junho de 2024 no Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul — que anteriormente dependia da doação de marmitas —, foi realizada a limpeza e organização de um espaço. Com as condições adequadas, a cozinha foi transferida para Eldorado do Sul, o que facilitou a logística de produção e distribuição de alimentos. A partir de então, a preparação das refeições passou a ser feita em uma cozinha local, substituindo a produção que anteriormente ocorria no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão.

4.2 INICIATIVAS DE COSTURA E PREPARAÇÃO DE ROUPAS PARA DOAÇÃO

Paralelamente ao esforço das cozinhas comunitárias, desenvolveu-se uma rede complementar de apoio através de iniciativas de costura. O processo começou com o recebimento e triagem de doações

de roupas, cujos itens em boas condições eram separados para distribuição direta. As peças danificadas ou inutilizáveis foram transformadas em novos produtos através de duas linhas de ação principais — roupas íntimas e acolchoados.

O "Ateliê das Bruxas" foi uma iniciativa que surgiu a partir do convívio nas cozinhas comunitárias, onde um grupo de mulheres passou a produzir roupas íntimas utilizando retalhos de tecidos disponíveis (Canzarolli, 2024). Portanto, paralelamente à cozinha solidária, esse ateliê iniciou esforços de mulheres que produziam com dignidade e acolhimento, especialmente por meio da costura para as demais companheiras na calamidade. Esses esforços potencializaram a integração das mulheres do campo e da cidade. Simultaneamente, em articulação com grupos religiosos, desenvolveu-se um trabalho de reciclagem têxtil que transformava roupas sem condições de uso em acolchoados e camas para animais de estimação.

Essas ações, desenvolvidas em condições tão adversas, demonstraram a capacidade de auto-organização da comunidade e a criatividade na transformação de recursos limitados em soluções concretas para os problemas imediatos. O caráter predominantemente feminino dessas iniciativas destacou o papel central das mulheres na construção das redes de solidariedade e cuidado durante a emergência climática.

4.3 RESGATE ANIMAL

No Assentamento Filhos de Sepé, o excesso de chuvas provocou alagamentos nas áreas de várzea, ameaçando a sobrevivência dos animais ali criados. Para salvá-los da enchente e da fome, famílias com áreas de relevo mais elevado se organizaram coletivamente para acolher bovinos e equinos. Conforme relatos de participantes do encontro no assentamento, parte dessas áreas era anteriormente considerada inviável, tanto para a produção de alimentos quanto para pastagens, por ser dominada pelo capim-braquiária (*Brachiaria* spp.), uma espécie invasora pouco palatável ao gado. No entanto, devido à restrição alimentar, os animais passaram a consumir essa gramínea, o que acabou contribuindo para o controle natural da invasora.

Nos demais assentamentos de Eldorado do Sul, o resgate de equinos, bovinos e animais de companhia também exigiu ação humana, com o uso de embarcações individuais ou organizadas pela Defesa Civil e outros órgãos ambientais. Apesar dos esforços de resgate, houve perdas significativas de animais em todos os assentamentos, tanto devido aos alagamentos quanto às dificuldades no acolhimento e nos cuidados veterinários. Embora alguns animais tenham sido deslocados para tais lotes mais altos, muitos ainda assim se perderam devido ao espaço e alimentação limitados e à falta de recursos adequados de atendimento veterinário.

As iniciativas nesses assentamentos incluíram a criação de páginas para divulgação de resgates, a organização da reestruturação alimentar dos animais após o retorno, e o cuidado com aqueles que voltaram adoecidos. Muitos animais desenvolveram doenças em função do contato prolongado com a água contaminada das enchentes e da exposição excessiva à umidade. Para auxiliar na recuperação, foram utilizadas medicações naturais, como a homeopatia, além de alimentação específica.

4.4 BRIGADAS DE APOIO A OUTROS ASSENTAMENTOS AFETADOS

No contexto organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o termo "brigada" refere-se à formação de grupos responsáveis por ações específicas nas áreas de saúde, educação, juventude (agitação e propaganda), segurança, entre outras. Durante o enfrentamento da catástrofe climática, essa estrutura organizativa foi mobilizada para a criação de brigadas emergenciais, compostas por famílias acampadas e assentadas em diversas regiões do Sul do Brasil. Essas brigadas passaram

a atuar diretamente nos territórios afetados pelas enchentes, realizando, inicialmente, atividades de limpeza, apoio à saúde e organização da alimentação, logo após o recuo das águas.

Posteriormente, constituíram-se também brigadas voltadas para a recuperação das áreas produtivas, com ações de plantio de árvores, recuperação de solos, retomada de cultivos e reestruturação de espaços produtivos como estufas e canteiros. Nos assentamentos de Eldorado do Sul, essas ações contaram com o apoio de parcerias institucionais, como a turma especial de Agronomia do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculada à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) — Campus Pontão.

Nesse processo, a comunidade do Assentamento Filhos de Sepé destacou-se como colaboradora ativa nas brigadas, enviando membros para apoiar diretamente os assentamentos mais severamente atingidos. As famílias do Filhos de Sepé contribuíram não apenas nas brigadas de limpeza e na reorganização das áreas produtivas, mas também em ações de cuidado e promoção da saúde, prestando suporte psicológico e distribuindo alimentos e medicamentos. Essas ações reforçam a solidariedade entre as comunidades da reforma agrária e evidenciam o papel central da organização coletiva como estratégia de enfrentamento, cuidado e reconstrução diante de eventos extremos.

4.5 PRODUÇÃO E PLANTIO DE MUDAS DE ESPÉCIES NATIVAS

O Viveiro Mulheres da Terra é uma iniciativa protagonizada por mulheres do Assentamento Filhos de Sepé, criada para promover a recuperação de áreas degradadas e fortalecer práticas de conservação ambiental. Inserida no contexto de enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas, a ação fomenta a produção de mudas de espécies nativas e ameaçadas de extinção, contribuindo para a conservação da biodiversidade e restauração ecológica.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se a coleta de sementes, a produção de mudas e o plantio em áreas degradadas dentro e fora do assentamento. O projeto prioriza espécies ameaçadas, visando à restauração de ecossistemas e à formação de corredores ecológicos. As mulheres assumem a gestão de todo o processo, reforçando seu protagonismo nas práticas de sustentabilidade.

Além de ampliar a cobertura vegetal e melhorar as condições ecossistêmicas — como a conservação do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar —, o Viveiro Mulheres da Terra atua como estratégia de fortalecimento comunitário e geração de renda, reafirmando a importância da organização coletiva para a construção de territórios mais resilientes.

Assim, a resiliência demonstrada pelo assentamento diante das enchentes não foi fruto do acaso, mas, sim, de uma trajetória construída desde o início com base em princípios de solidariedade, sustentabilidade e organização popular.

5 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO: MEDIDAS PARA O PLANO DE CONTINGÊNCIA NO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024 demonstraram de forma contundente a necessidade de desenvolver planos de contingência abrangentes e bem estruturados, conforme apontado por Rizzotto, Costa e Lobato (2024). Estes devem operar simultaneamente em diferentes escalas — tanto no âmbito estadual quanto no nível local — com adaptações específicas que considerem as particularidades de cada território e comunidade. Nesse cenário, o projeto ProforExt se apresenta como uma iniciativa importante para a construção participativa desses planos nos territórios, reunindo diversos atores: agentes locais de formação, estagiários, professores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS, e principalmente, lideranças e as famílias dos assentamentos. Essa integração entre saberes acadêmicos e conhecimentos locais mostrou-se fundamental para formular propostas

adequadas às necessidades concretas da comunidade. A seguir, são apresentadas as propostas construídas a partir desse processo de diálogo e colaboração.

Vale destacar que, enquanto as estratégias para o Assentamento Filhos de Sepé já se encontram em fase avançada de consolidação, os planos para outros assentamentos da região seguem em processo de construção.

5.1 PROPOSTAS GERAIS PARA O ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

5.1.1 FASE DE PREVENÇÃO (ANTES DO EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO)

O eixo preventivo é de longo prazo e se fundamenta em três pilares principais. O primeiro diz respeito ao planejamento territorial e ambiental, que inclui a realização de um minucioso levantamento topográfico para mapeamento de áreas vulneráveis e definição de rotas de fuga seguras. Paralelamente, propõe-se um programa contínuo de educação ambiental comunitária, com foco específico na prevenção e resposta a desastres climáticos, visando capacitar os moradores para atuarem desde a identificação de riscos até as ações pós-emergenciais. A educação ambiental continuada se configura como eixo estratégico para construção de resiliência no longo prazo. Isso inclui programas específicos de capacitação voltados para crianças e jovens, abordando tanto práticas sustentáveis quanto gestão de riscos climáticos, complementados por eventos periódicos que mantenham o tema na pauta comunitária e permitam a atualização constante do plano de contingência.

O segundo pilar envolve a estruturação de infraestruturas preventivas. Entre as medidas concretas estão a implantação de barreiras naturais utilizando vegetação ripária, combinadas com barreiras físicas para reduzir o impacto das enxurradas. A construção de casas de sementes em locais elevados e protegidos é uma estratégia fundamental para preservar as variedades crioulas, patrimônio genético e cultural da comunidade. Complementam essas ações o desenvolvimento de estruturas elevadas, como palafitas e mezaninos, destinadas ao armazenamento seguro de alimentos, ração animal e equipamentos essenciais.

O terceiro componente preventivo refere-se aos sistemas de alerta. Aqui, a proposta enfatiza a necessidade de mecanismos eficazes e acessíveis, incluindo sistemas independentes de conexão à internet, como rádios comunitários, garantindo que os alertas cheguem a toda a população mesmo em situações de falha nas comunicações convencionais. Essa demanda se dirige especialmente aos órgãos públicos competentes.

5.1.2 FASE DE RESPOSTA (DURANTE A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA)

Quando ocorre a emergência climática, deve-se prever a imediata ativação de protocolos de ação. As cozinhas comunitárias, previamente estruturadas, devem entrar em funcionamento rapidamente, acompanhadas da distribuição de kits emergenciais contendo alimentos não perecíveis, roupas e medicamentos básicos. A utilização das rotas de fuga mapeadas na fase preventiva se torna crucial para a evacuação segura não apenas das pessoas, mas também dos animais e maquinários agrícolas.

Nesse momento crítico, as brigadas locais — previamente capacitadas — assumem papel central nas operações de resgate e na complexa logística de distribuição de doações. A proteção dos sistemas produtivos durante a emergência exige decisões estratégicas, com absoluta prioridade para a salvaguarda da vida humana e animal. Para isso, são essenciais os locais de abrigo previamente identificados para as pessoas e animais, assim como a disponibilidade de estoques estratégicos de alimentos de fácil preparo, como sopas desidratadas e grãos pré-cozidos, que possam ser rapidamente mobilizados.

5.1.3 FASE DE RECUPERAÇÃO (APÓS A EMERGÊNCIA)

Superado o momento mais agudo da crise, iniciam-se as ações de limpeza, reconstrução e recuperação. Os mutirões organizados para limpeza e reparo de infraestruturas danificadas (como pontes, estradas, espaços de moradia e produtivos) são uma solução prática, ao mesmo tempo que representam um importante mecanismo de fortalecimento dos laços comunitários. Paralelamente, é fundamental a mobilização política por políticas públicas de reparação, com especial atenção para linhas de crédito agrícola com juros reduzidos e seguros climáticos acessíveis, que possam amenizar as perdas econômicas dos agricultores familiares.

A articulação intersetorial entre diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e as organizações comunitárias se mostra imprescindível para garantir a eficácia e abrangência das ações de reconstrução. No âmbito produtivo, o fortalecimento agroecológico pós-desastre deve incluir a análise e recuperação de solos, da agrobiodiversidade e dos sistemas de produção como um todo, acompanhada de assistência técnica permanente para adaptação aos novos padrões climáticos.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, FOMENTOS NA FASE DE RECUPERAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul (2024a) decretou 78 municípios em estado de calamidade pública e 340 municípios em estado de emergência, considerando áreas afetadas, danos ocorridos e intensidade do desastre, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Defesa Civil, 2021). O município de Viamão foi classificado como estado de emergência, situação que foi apontada na reunião do assentamento como um impeditivo no acesso a políticas públicas e editais de iniciativas mistas envolvendo o 3o setor (Fundação Grupo Boticário, 2025).

Municípios decretados como calamidade pública têm maior acesso a recursos financeiros e benefícios específicos (como o Saque FGTS Calamidade), prioridade em ajuda humanitária e reconstrução de infraestrutura, em comparação com municípios decretados como emergência. Embora ambos possam receber apoio governamental e acessar políticas de apoio, a classificação como calamidade pública influencia na prioridade do acesso (Rio Grande do Sul, 2024b).

Nos documentos oficiais sobre os impactos das enchentes sobre as famílias rurais (Emater/Ascar, 2024), 206 mil propriedades rurais foram afetadas, sendo 7.437 lotes distribuídos em 226 assentamentos, mas não houve detalhamento sobre os assentamentos afetados. Ao mesmo tempo, o município de Viamão veiculou que a área mais atingida foi a localidade de Itapuã, não tendo nenhuma menção à localidade de Águas Claras, onde se localiza o Assentamento Filhos de Sepé (GZH, 2024). O município recebeu 71 Auxílios Reconstrução — no valor de R\$ 5.100,00 (Viamão, 2025), sendo que nenhum foi destinado às famílias do assentamento.

As ações principais do plano de contingência do assentamento são apresentadas no Quadro 3. Apesar de ter sofrido impactos nas áreas produtivas e perdas de animais de criação, especialmente nas partes mais baixas do território, e de não possuir uma estrutura e organização predefinida para desastres climáticos, a organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a experiência acumulada em ações solidárias — como as da pandemia de Covid 19 e as próprias experiências da luta pela terra — foram fundamentais para uma resposta rápida e eficiente à catástrofe. Nesse sentido, a construção participativa do plano de contingência, ao fortalecer espaços coletivos de compartilhamento das vivências, permitiu que as famílias elaborassem suas perdas e dores, fortalecendo vivências coletivas, permitindo, assim, um envolvimento e articulação com ações com potencial de serem mais legítimas e eficazes, conforme Dowbor et al. (2024).

Quadro 3 – Eixos específicos de ação no plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé

<i>Eixos específicos de ação no plano de contingência do Assentamento Filhos de Sepé</i>
Agricultura: Na fase preventiva, destacam-se a construção de barreiras naturais e o armazenamento estratégico de sementes em locais elevados. Durante a emergência, o foco se volta para a proteção dos equipamentos agrícolas em áreas seguras. No período pós-emergência, o replantio deve priorizar espécies melhor adaptadas aos extremos climáticos, garantindo maior resiliência futura.
Estruturas produtivas: As medidas preventivas incluem a elevação de instalações elétricas e máquinas, construção de galpões com mezaninos elevados e/ou em modelo palafitado. Logo após a emergência, os mutirões de limpeza e recuperação das estruturas são essenciais para uma reestruturação rápida.
Proteção animal: A preparação prévia envolve a identificação de pastagens elevadas e a formação de estoques de ração. Durante as emergências, a alocação temporária dos animais em lotes mais altos se mostra como solução prática. Na fase posterior, o acesso a serviços veterinários e a programas de reposição de rebanhos torna-se prioritário.
Acesso a créditos e seguros: O acesso à assessoria jurídica prévia no estabelecimento de contratos de seguros agrícolas, residenciais e de equipamentos constitui medida preventiva essencial. Após os desastres, a busca ativa por linhas de crédito específicas para reconstrução pode fazer diferença significativa na recuperação das unidades produtivas familiares.
Garantia de segurança básica: Ao longo de todas as fases, é fundamental assegurar o acesso contínuo da população a elementos básicos de sobrevivência e comunicação. Isso inclui: sistemas alternativos de abastecimento de água potável (como poços e cisternas protegidas); estoques comunitários estratégicos de alimentação e vestuário; e soluções para manutenção de energia e comunicação, como geradores de energia elétrica e rádios comunitárias, especialmente importantes em situações de interrupção dos serviços convencionais.

Fonte: Dados Projeto ProforExt-UFRGS, 2025

A construção do plano foi calcada na vivência do assentamento e embasada nos saberes tradicionais e na organização comunitária, apresentando como grande desafio o processo de internalização em um assentamento de grande contingente populacional, e como potencialidade a organicidade e articulação de sua organização nos diferentes setores.

Além disso, ficou evidente a necessidade de apoio técnico e recursos públicos, sendo apontada a necessidade de técnicos com diferentes expertises na etapa de planejamento e monitoramento do plano; durante o período de resposta, a assistência técnica que venha a cumprir as ações conforme as diretrizes do plano, em especial na criação de espaços de acolhimento aos animais de criação, o que se constituiu como uma das maiores perdas que poderiam ser minimizadas. No período de recuperação, o apoio nos processos de retomada da agricultura.

Portanto, os planos de contingência de territórios coletivos devem estar integrados a um plano estatal, por parte dos poderes municipal, estadual e federal, que articulem de forma coerente as ações de defesa civil, assistência social, saúde e agricultura, respaldando e fortalecendo os planos desses territórios. Uma das grandes lições da construção do plano no assentamento é a de que a resiliência vai além da capacidade de reagir a desastres — ela exige preparação constante, infraestrutura adequada e acesso a recursos.

Em uma visão regional, o assentamento teve condições de criar uma rede de apoio para suas famílias e apoiar outros assentamentos mais afetados, como o Assentamento Integração Gaúcha, de Eldorado do Sul, que ficou completamente inundado, além da produção de marmitas para famílias urbanas em situação de refugiados climáticos urbanos. Assim, o assentamento se revelou como uma força de ação social no enfrentamento do evento climático extremo. Tal capacidade de contribuir na salvaguarda e reconstrução de outros territórios, mesmo enfrentando suas próprias dificuldades, destaca o papel central do Filhos de Sepé na rede de solidariedade entre os assentamentos e de outros territórios, ressaltando sua contribuição na resiliência socioambiental da RMPA.

Além disso, a resiliência socioambiental promovida pelo assentamento para a RMPA está na promoção das seguranças hídrica, energética e alimentar por meio dos serviços ecossistêmicos. Conforme

Coelho-de-Souza *et al.* (2024), as inter-relações entre os territórios urbanos e rurais, caracterizados pela conservação dos ecossistemas nativos, têm a capacidade de unir regionalmente os territórios, fortalecendo a resiliência ante as emergências climáticas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024 colocaram à prova a capacidade de resiliência dos assentamentos, revelando tanto sua força coletiva quanto as fragilidades deixadas pela ausência de políticas públicas efetivas. No Assentamento Filhos de Sepé, a resposta à catástrofe mostrou como décadas de organização social podem se traduzir em ações concretas de solidariedade, pois as cozinhas comunitárias, os mutirões de costura, o viveiro de mudas e o engajamento na construção de um plano de contingência são fruto de anos de mobilização social que permitem a construção de uma visão coletiva sobre o cuidado com o território.

Ao mesmo tempo, esse evento climático extremo evidenciou que sem apoio institucional, mesmo territórios coletivos enfrentam limites estruturais. Isso significa a necessidade do Estado em reconhecer o papel estratégico da agricultura familiar na construção de territórios resilientes, garantir acesso a crédito e seguro agrícola, e criar mecanismos permanentes de participação popular na construção e articulação dos planos de contingência dos territórios. Portanto, um plano de contingência participativo configura-se como estratégia essencial da sociedade civil para o enfrentamento de catástrofes climáticas.

A construção da resiliência socioambiental nos territórios exige a integração de todos os setores por meio de processos intersetoriais e participativos. Nesse contexto, movimentos sociais organizados — como o Assentamento Filhos de Sepé — demonstraram especial capacidade de desenvolver contribuições efetivas para a resiliência do seu território, dos territórios dos assentamentos, bem como contribuir para a resiliência regional da RMPA.

Os resultados das ações do plano de contingência, como a perda da agricultura, o sofrimento dos animais, a necessidade de salvaguarda de sementes, a construção de barreiras naturais, apontam para o enfrentamento de uma realidade impactada pelas enchentes eminentemente rural. Mas sua contribuição para a resiliência da RMPA está na complementaridade entre o rural e o urbano, na medida em que esses territórios ao mesmo tempo em que estão calcados em um processo de mobilização social que fortalece uma identidade coletiva, produzem serviços ecossistêmicos que mantêm a resiliência socioambiental, apresentando especial capacidade para adaptação e mitigação a eventos climáticos extremos na RMPA.

AGRADECIMENTOS

Especialmente ao Grupo Mulheres da Terra, às agricultoras e agricultores assentados que, com sua luta cotidiana, contribuíram com informações ao responderem aos questionários de diagnóstico e participarem dos encontros presenciais. Aos estudantes de graduação dos cursos de Relações Internacionais, Economia e Nutrição, e aos estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS, pela participação no processo. Ao MDA, Incra e à UFG pelo apoio ao ProforExt. À Capes, pelo apoio via bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) à primeira autora e via bolsa de mestrado do Programa de Demanda Social (DS) à segunda autora.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Os autores utilizaram ChatGPT (GPT-5, OpenAI) e Deepseek (V3.2-Exp, Hangzhou DeepSeek Artificial Intelligence Basic Technology Research Co., Ltd.) exclusivamente para edição linguística

e aprimoramento estilístico. Todo o conteúdo científico, análise e contribuição intelectual foram desenvolvidos e verificados pelos autores, que assumem total responsabilidade pela precisão e integridade do manuscrito.

REFERÊNCIAS

BERKES, F.; FOLKE, C. (Eds.). **Linking Social and Ecological Systems: management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge University Press, 1998.

BOGNI, A. **Caminhos que emergem das águas: trajetórias sociais e produtivas do assentamento Filhos de Sepé-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Available from: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/268403>. Accessed on: Oct. 03 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. **Guia para elaboração de planos de contingência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

CANZAROLLI, R. **Costurando solidariedade: 'Aqueles máquinas ali, na costura solidária na garagem, me fizeram sentir, refletir, chorar, sorrir, esperar...'**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Available from: <https://mst.org.br/2024/06/17/costurando-solidariedade/>. Accessed on: Apr. 13 2025.

CARTA das Agroflorestas & Soluções Baseadas na Natureza. 2024. Available from: <https://www.ufrgs.br/cisade/wp-content/uploads/2024/06/Carta-das-Agroflorestas-e-Solucoes-Baseadas-na-Natureza.pdf>. Accessed on: Apr. 13 2025.

CASTANHEIRA, N. P.; PADILHA, R. Culpa, responsabilidade e mudanças climáticas: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Opinião Filosófica**, v. 15, n. 2, e1219, p. 1-21, Jul.-Aug. 2024.

COELHO-DE-SOUZA, G. *et al.* Aprendizados sobre sociobiocotidiano e juventude de assentamentos atravessados pela emergência climática: diálogo entre movimento da juventude e de gênero, agroecologia e curricularização da extensão. In: SILVA, A. C. de L. *et al.* **ProforExt: Programa Nacional de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária e Contribuições para a Agenda 2030**. Goiânia, GO: Cegraf UFG, 2025. Available from: <https://portaldelivros.ufg.br/index.php/cegrafufg/catalog/book/788>. Accessed on: Jun. 25 2025.

COELHO-DE-SOUZA, G. *et al.* Restauração ecológica para o SocioBioCotidiano: Nexus + no contexto da catástrofe climática no território do PAN Lagoas do Sul. **Sustainability in Debate**, v. 15, n. 2, nov. 2024. p. 204-242. Available from: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/54267>. Accessed in: Apr. 2025.

COUTINHO, S. M. *et al.* The Nexus+ Approach applied to studies of impacts, vulnerability and adaptation to climate change in Brazil. **Sustainability in Debate**, v. 11, n. 3, p. 40-56, dez. 2020. Available from: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v11n3.2020.33514>. Accessed in: Apr. 2025.

DEFESA CIVIL atualiza balanço das enchentes no RS - 24/4. Rio Grande do Sul, 25 abr. 2025. Available from: <https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-24->. Accessed on: Apr. 25 2025.

DEFESA CIVIL. Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade). 2021. Available from: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/202105/04095316-cobrade-classificacao-e-codificacao-brasileira-de-desastres.pdf>. Accessed on: Oct. 03 2025.

DIEL, A. **Assentamento Filhos de Sepé: construção social da agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Available from: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/268403/001193087.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Accessed on: Apr. 29 2025.

DOWBOR, M.; RESENDE, R. C.; MACHADO, F. V.; SALMI, F. Catástrofes político-climáticas e a (não) participação social: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 29, n. 1, Dec. 3 2024.

EMATER/ASCAR-RS. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**. 2024. Available from: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>. Accessed in: Mar. 2025.

FUNDAÇÃO Grupo Boticário. **Projeto teia de Soluções**. 2025. Available from: <https://chamada.teiadesolucoes.com.br/>. Accessed on: Apr. 13 2025.

GZH. **Moradores de Itapuã, em Viamão, sofrem com cheia do Guaíba; 43 pessoas estão abrigadas em escola**. 2024. Available from: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/moradores-de-itapua-em-viamao-sofrem-com-cheia-do-guaiba-43-pessoas-estao-abrigadas-em-escola-clw80v7f000960148pm06d1jw.html>. Accessed in: Mar. 2025.

MAGALHÃES FILHO, F. J. C.; MENDES, A. T.; DOS SANTOS, G. R.; BENETTI, A. D.; DORNELLES, F. Enchentes e inundações no Rio Grande do Sul em 2024: impactos e desafios para a gestão integrada de políticas públicas no saneamento básico. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Rio de Janeiro: Ipea, n. 33, p. 23-32, dez. 2024. Available from: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/af4e321f-ad7b-4ec0-9fd9-79b6afb2917b/content>. Accessed on: Oct. 03 2025.

MONTEIRO, L. G. **Cozinhas Solidárias: exemplo de resistência frente ao fracasso do neoliberalismo**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Available from: <https://mst.org.br/2025/02/17/cozinhas-solidarias-exemplo-de-resistencia-frente-ao-fracasso-do-neoliberalismo/>. Accessed in: Apr. 2025.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Available from: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178604>. Accessed on: Oct. 03 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 57.626, de 21 de maio de 2024. 2024a. Reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas. **Diário Oficial do Estado**. Available from: <https://diariooficial.rs.gov.br/materia?id=1000161>. Accessed on: Apr. 12 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024**. 2024b. Institui o Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul. Available from: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-16134-2024-rio-grande-do-sul-institui-o-plano-rio-grande-programa-de-reconstrucao-adaptacao-e-resiliencia-climatica-do-estado-do-rio-grande-do-sul-cria-o-fundo-do-plano-rio-grande-funrigs-e-da-outras-providencias>. Accessed on: Mar. 13 2025.

RIZZOTTO, M. L. F.; COSTA, A. M.; LOBATO, L. de V. da C. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, ed. 141, abr.-jun., 2024. Available from: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9837>. Accessed on: Oct. 03 2025.

RÜCKERT, A. A.; VICENTE, F. J.; GOMES, L. F. R. The 2024 Climate Tragedy in Rio Grande do Sul, Brazil. Notes on a foreseen catastrophe. **Geografares**, n. 39, 2024. Available from: <http://journals.openedition.org/geografares/16717>. Accessed on: Apr. 13 2025.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

VIAMÃO. **Famílias que receberam auxílio reconstrução em Viamão**. Available from: <https://www.viamao.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/9055/familias-que-receberam-auxilio-reconstrucao-em-viamao>. Accessed on: Mar. 10 2025.